



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2023
(Do Sr. Junio Amaral)

Requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre o controle contínuo dos gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) no ano de 2023.

Senhora Presidente,

Requeiro a V. Exa., conforme o art. 70 e 71, ambos da Constituição da República, combinado com o art. 60 e 61, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, sejam solicitadas informações ao Tribunal de Contas da União – TCU sobre o controle contínuo dos gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), conhecido também como cartão corporativo da Presidência da República, no ano de 2023.

Para tanto, requeremos as informações a partir dos seguintes questionamentos e solicitações:

1. O modelo atual de controle realizado pelo Tribunal de Contas da União se baseia em análises provenientes de um controle contínuo e de um acompanhamento *pari passu* dos gastos do cartão corporativo a partir de qual data? Quando o atual modelo de fiscalização desses gastos foi adotado?

2. Diante das produções de relatórios mensais sobre a situação dos gastos do Cartão de Pagamento do Governo Federal, em relação aos



meses de janeiro até setembro de 2023, foram identificadas irregularidades pela auditoria do Tribunal de Contas da União? Se sim, quais foram?

Solicita-se, também, todos os relatórios mensais produzidos pela auditoria do Tribunal de Contas da União relativos ao controle contínuo de fiscalização dos gastos envolvendo o Cartão de Pagamento do Governo Federal, também conhecido como cartão corporativo, referentes ao ano de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme os dados divulgados no Portal da Transparência que monitora os gastos e o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), também conhecido como cartão corporativo, revela-se um gasto de quase R\$ 8 milhões pelo Governo Lula até julho de 2023, despesa esta que tem impressionado a sociedade brasileira.

Esses valores seriam, segundo comparação realizada pela imprensa, superiores aos gastos dos últimos presidentes, considerando o mesmo período e a correção inflacionária. Em relação ao mesmo período, o então presidente Bolsonaro teria gasto R\$ 5,3 milhões.

Acerca disso, o Palácio do Planalto respondeu, em nota, que a maior parte dessas despesas do presidente Lula seriam com viagens internacionais, um total de 19 durante o período, com uma média R\$ 1,1 milhão por mês gastos no cartão corporativo.

Concomitantemente, o Tribunal de Contas da União, em audiência realizada em abril desse ano na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deixou público por meio de seus auditores que adotaria um novo modelo de fiscalização simultânea dos gastos com o cartão corporativo da Presidência da República.

Nesse sentido, seriam produzidos relatórios mensais sobre a situação dos gastos, sendo possível a identificação simultânea de supostas



irregularidades, permitindo, então, um acompanhamento mais profícuo até mesmo dos gastos sigilosos do cartão corporativo.

Dessa forma, o Tribunal receberia todas as compras e todos os registros, analisando as compras que fogem do padrão do razoável ou que estão em ilegalidade.

Assim, pelas razões expostas, se faz necessário os esclarecimentos suscitados acerca das questões envolvendo a fiscalização e controle contínuo realizado pelos auditores do Tribunal de Contas da União em relação aos gastos com o cartão corporativo da Presidência da República no ano de 2023, bem como o envio dos relatórios mensais produzidos pelo Tribunal para conhecimento desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle acerca dos gastos mencionados.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2023.



Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

